



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Fundamentos do Serviço Social: O trabalho profissional de Assistentes Sociais

**Notas sobre Capitalismo Dependente brasileiro e Serviço Social: estratégias de resistência, lutas e construções.**

Eduardo Henrique Moraes Santos<sup>1</sup>

Mariana Teodoro de Sousa<sup>2</sup>

Lesliane Caputi<sup>3</sup>

Yve Matayoshi Galvão<sup>4</sup>

**Resumo.** O trabalho traz reflexões das expressões do trabalho das assistentes sociais no contexto do capitalismo dependente brasileiro, abordando aspectos como precarização e superexploração. Objetiva-se expressar no trabalho profissional as estratégias de resistência adotadas pelas profissionais, na perspectiva crítica-dialética. Trata-se de ensaio teórico, na abordagem crítica da tradição marxista. Uma de revisão bibliográfica e análise documental. Enquanto ponto de chegada tem-se que as assistentes sociais enfrentam desafios e constroem coletiva e politicamente estratégias de resistência e lutas alinhadas ao projeto ético-político hegemônico da profissão, no enfrentamento junto das entidades da categoria, construindo *insights* de fortalecimento das condições cotidianas do trabalho no contexto brasileiro.

**Palavras-chave:** Condições de trabalho; Assistentes sociais; Serviço Social; Capitalismo dependente.

**Abstract:** The work brings reflections on the expressions of social workers' work in the context of Brazilian dependent capitalism, addressing aspects such as precariousness and overexploitation. The aim is to express in professional work the resistance strategies adopted by professionals, from a critical-dialectic perspective. This is a theoretical essay, in the critical approach of the Marxist tradition. One of bibliographic review and document analysis. As a point of arrival, social workers face challenges and collectively and politically build strategies of resistance and struggles aligned with the hegemonic ethical-political project of the profession, in confrontation with entities in the category, building insights to strengthen everyday working conditions. in the Brazilian context.

**Keywords:** Working conditions; Social workers; Social Work; Dependent capitalism.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, doutorado em andamento em Serviço Social na PUC SP e assistente social na prefeitura de Paulínia/SP. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social/GEFEPSS-UFTM e UFVJM E-mail: [santos.hm.eduardo@gmail.com](mailto:santos.hm.eduardo@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social/GEFEPSS-UFTM e UFVJM. E-mail: [goulartsouza@outlok.com](mailto:goulartsouza@outlok.com)

<sup>3</sup> Assistente Social, docente adjunta na Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM. Doutorado em Serviço Social. Pós-doutoranda pela UFRJ. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social/GEFEPSS-UFTM e UFVJM. E-mail: [lesliane.caputi@uftm.edu.br](mailto:lesliane.caputi@uftm.edu.br)

<sup>4</sup> Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM. Compõe o Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social/GEFEPSS-UFTM e UFVJM. E-mail: [d202210312@uftm.edu.br](mailto:d202210312@uftm.edu.br)



## I. INTRODUÇÃO

As expressões analíticas das condições de trabalho das assistentes sociais no contexto do capitalismo dependente brasileiro é um tema que urge estudos, denúncia coletiva e construção permanente de estratégias de resistência e enfrentamentos, principalmente, o alargamento destas pós pandemia pela Covid-19. As reflexões que trazemos à baila são oriundas de estudos iniciais realizados em grupo de estudos e pesquisa sobre os fundamentos do serviço social, vinculado a duas universidades públicas federais, e composto por estudantes em experiências de estágio, supervisores de campo, assistentes sociais em curso de pós-graduação e docentes. Essa diversidade no tempo formativo e na unidade da reflexão, marcam as reflexões nas linhas que seguem neste ensaio teórico.

O Serviço Social como uma profissão assalariada que ocupa um lugar na divisão social, técnica, de gênero e étnica do trabalho na esfera dos serviços, se faz cada vez mais necessária no Brasil e no mundo, conforme campanha do CFESS (2023): *“Serviço Social, necessário para o Brasil! Uma profissão regulamentada e comprometida com a ética e com a qualidade dos serviços prestados à população”*.

Na condição de assalariamento, há que se considerar que o Serviço Social é regulamentado como profissão liberal, sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho que, inclusive, impõe uma hierarquia entre as profissões, a coloca como uma das profissões interventivas no âmbito das respostas que a sociedade necessita para minimizar suas contradições de classe social. (GUERRA, 2023).

Também se faz necessário, seguimos com a autora (2023), “considerar a dupla dimensão do trabalho profissional - trabalho concreto e trabalho abstrato - tal como nos indica lamamoto (2008), pois, a condição do assalariamento não é decisão pessoal, tampouco o é a escolha sobre a quem vender sua força de trabalho (empresas, órgãos públicos, organizações não governamentais, associações e movimentos sociais, etc.)”. O trabalho profissional, é assim, mediado pelas determinações de assalariamento da relação de compra e venda da força de trabalho: remete a vínculos contratuais e salariais, definição de carga horária/jornada de trabalho, subsunção à legislação trabalhista e normas organizacionais. Há uma determinação do modo de produção e reprodução que nos coloca frente à dimensão das requisições institucionais e de contextos de precarização. A profissão não é uma ilha isolada no mar das determinações e precarizações capitalistas.

É uma profissão que nasce, cresce e se desenvolve na luta constante das contradições do modo de produção e reprodução capitalista, nas particularidades brasileiras marcadas pela precarização das condições do trabalho e da vida. Em um cenário de sucessivos ataques aos direitos da classe trabalhadora, o que inclui as tentativas de desregulamentação de diversas profissões, destaca-se a necessidade de ressaltar e



endossar as atribuições e as competências profissionais de assistentes sociais, para que a sociedade reconheça o trabalho dessa categoria e a população tenha acesso a serviços de qualidade (CFESS, 2023).

São mais de 210 mil profissionais com compromisso com a ética e com a qualidade dos serviços prestados à população. Nossa categoria é classe trabalhadora: luta por direitos e reivindica direitos! Reafirmamos nossa contribuição nas decisões políticas que repercutem na vida da população e trabalhamos pela melhoria das condições de vida e a superação das desigualdades! (CFESS, 2023).

Com base na lei de regulamentação da profissão, Lei. n. 8662/1993 e Código de Ética também de 1993, as/os assistentes sociais desempenham um papel fundamental na defesa e possibilidades de acesso aos direitos sociais frente a um contexto de desigualdade e exploração de classes. De acordo com a definição latino-americana, apresentada na assembleia geral da FITS em 2014, tem-se:

O Serviço Social/Trabalho Social é uma profissão que se insere no âmbito das relações entre sujeitos sociais e entre estes o Estado nos diversos contextos sócio-históricos de atuação profissional. Desenvolve uma práxis social e um conjunto de ações de natureza socioeducativa, que incidem na reprodução material e social da vida, em uma perspectiva de transformação social comprometida com a democracia e com o enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecendo a autonomia, a participação e o exercício da cidadania, na defesa e na conquista dos direitos humanos e da justiça social (CFESS, 2012c).

Logo, torna-se nítido a vinculação dessa profissão com os processos sociais que envolvem diferentes instituições da sociedade e a condição de vida da classe trabalhadora, sendo as/os assistentes sociais também trabalhadoras/es e sujeitos dessa condição de trabalho hodierna, marcada por sobrecarga, superexploração e outras formas de precarização laboral. O processo morfológico do trabalho impacta na profissão impelindo alterações profundas nas suas requisições profissionais, cada vez mais simplificadas, polivalentes, transformadas em atividades inespecíficas, desprofissionalizadas e sem a necessidade de qualquer tipo de especialização, denominadas de atividades indevidas/inadequadas. (GUERRA, 2023).

Nesse contexto, a análise das condições de trabalho das assistentes sociais torna-se crucial para compreender os impactos do sistema econômico vigente sobre também essa categoria profissional, ou porque não dizer pluralmente nesta categoria: a) por ser classe trabalhadora; b) por atender e lutar com a classe trabalhadora; c) e, por ser majoritariamente mulheres, sendo 92,92% assistentes sociais que se identificam com o gênero feminino (CFESS, 2022).

O Serviço Social, por ser uma profissão predominantemente composta por mulheres negras, assim como seu público atendido, está intrinsecamente vinculado a todas as expressões de desigualdade social advindas do sistema capitalista, como as violências contra as mulheres, a precarização no mundo do trabalho, o desemprego, o trabalho desvalorizado e não remunerado e todas as opressões, explorações, desvalorizações e subalternidades conferidas às mulheres.(CFESS, 2024

E ainda,



De acordo com informações do Atlas da Violência (2023), de 2011 a 2021, mais de 49 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Além disso, mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil, em 2021, o que representa 67,4% do total de mulheres assassinadas e 4,3 para cada 100 mil. Outro dado mostra que é 1,8 % maior o risco de uma mulher negra sofrer violência letal, na comparação a uma mulher não negra. Estes e outros dados recentes constam do novo manifesto.(CFESS, 2024)

A precarização das relações de trabalho, a sobrecarga de tarefas, a falta de recursos adequados e a instabilidade contratual são apenas alguns dos desafios enfrentados por esses profissionais no exercício de suas funções. Além disso, a superexploração, caracterizada por salários mais baixos, jornadas de trabalho mais longas e menos proteção social, contratos temporários, terceirização, também é uma realidade presente no cotidiano das assistentes sociais.

Os desafios demandam estratégias de resistência adotadas pelas assistentes sociais para além do enfrentamento das suas condições adversas de trabalho, mas luta e construções com ressonâncias e impactos para toda a classe que vive do trabalho. Essas estratégias podem incluir desde formação continuada, formas de organização coletiva e sindical como aquelas mais singulares no cotidiano do campo espaço sócio-ocupacional. Compreender como esses profissionais lidam com os desafios das condições precárias de trabalho pode fornecer *insights* importantes para a formulação de políticas e práticas que visem fortalecer a categoria nos seus diferentes espaços de trabalhos.

Nas linhas que seguem, expressamos as condições de trabalho das assistentes sociais no contexto do capitalismo dependente brasileiro, destacando os desafios enfrentados por esses profissionais e as estratégias de resistência coletiva, histórica, ética e políticas adotadas. Para tal, traçamos conceitos sobre o capitalismo dependente brasileiro, a fim de ampliar a compreensão acerca dos impactos do sistema metabólico do capital sobre o trabalho das assistentes sociais e as formas como essas profissionais enfrentam esses desafios. Espera-se contribuir para o fortalecimento da categoria profissional na direção do Projeto Ético-Político hegemônico, e não homogêneo, da profissão.

## **II. Capitalismo Dependente Brasileiro e o Trabalho das Assistentes Sociais**

Em primeira instância, a violência estrutural que demarca a formação sócio-histórica brasileira, fomenta a constituição e perpetuação de mecanismos repressivos oriundos do sistema colonial no qual o território foi submetido. Nesse sentido, para colorir as particularidades da estruturação do capitalismo dependente brasileiro é necessário tecer breves apontamentos acerca da “acumulação primitiva do capital” e sua intrínseca relação com nosso caso.

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não



apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico da separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2022 *apud* SOUSA, 2023).

Nessa ótica, como aponta Sousa (2023), a colonização do continente latino-americano se constituiu como parte fundante do capitalismo mundial, integrando seu processo de acumulação primitiva e, posteriormente, traduzindo-se em subserviência às economias centrais. Seguindo esta linha, de acordo com Marini (1973), a sobrevivência de antigos modos de produção que regiam a economia colonial determinam em grau considerável a maneira como se manifesta as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente.

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência. (MARINI, 1973 *apud* SOUSA, 2023).

Assim, o sistema mundial capitalista e as divisões internacionais do trabalho geram especializações produtivas que não propiciam e nem conduzem todas as economias ao desenvolvimento (OSÓRIO, 2017), fazendo com que se instaure um *modus operandi* desigual e combinado, conformando uma única totalidade marcada por contradições estruturais expressas na cotidianidade e que se manifesta em todas as relações da cadeia de (re)produção social do capital; e assim, no Serviço Social, - cuja conformação histórica traz consigo aspectos particulares tanto para as condições de trabalho de tais profissionais como também para seu objeto de estudo e intervenção, as múltiplas expressões da Questão Social<sup>5</sup>.

Sendo o Serviço Social uma profissão historicamente localizada diante a complexificação das relações capitalistas, seu saber-fazer profissional encontra nas mediações da relação capital - trabalho sua base material alicerçada aos desafios frente a reestruturação produtiva e aprofundamento dos ideários neoliberais e conservadores.

---

<sup>5</sup> A expressão surge para dar conta dos fenômenos mais evidentes da história da Europa Ocidental que experimentaram o impacto da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVII: tratava-se do pauperismo. Com efeito, a pauperização massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial (Moreira, 2019, p. 64). Neste sentido, partindo da compreensão da crítica da econômica política marxista, Moreira (2019, p. 65) aponta que essa produção social da pobreza, operada e sustentada pelo capitalismo que demarca o surgimento da “Questão Social” - a qual tem sua raiz na lei geral de acumulação capitalista.



A agudização das expressões da Questão Social articulada com o desmonte das políticas e direitos sociais - traduzidos nos espaços sócio-ocupacionais dos/as Assistentes Sociais - demonstram a severidade contida na manutenção dos níveis de acumulação do capital, como também a transitoriedade histórica ao que compete os mecanismos de intervenção extra-econômicos.

Atualmente, observamos uma crescente exponencial e agravante do contingente populacional em situação de vulnerabilidade em suas mais diversas faces. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), cerca de 35,9 milhões de pessoas estão em trabalhos informais; 64,6% na margem da pobreza; 28,1 milhões em situação de rua e 33,1 milhões em insegurança alimentar (SOUSA, p. 41, 2023).

A atuação dos/as Assistentes Sociais neste cenário reflete a dualidade inerente ao processo de reestruturação produtiva. Esta dualidade se evidencia na remuneração abaixo do valor real do trabalho, no aumento do valor histórico da força de trabalho sem uma contrapartida financeira adequada, na prolongação das jornadas laborais e na intensificação do trabalho exercido. Estes aspectos, acentuados pelas (contra)reformas trabalhistas e previdenciárias, tendem a prejudicar tanto o acesso a itens básicos e saudáveis quanto a sustentação da vida dos trabalhadores, afetando sua saúde mental e física e contribuindo para o surgimento de doenças consideradas contemporâneas, mas que são intrínsecas à superexploração do trabalho no contexto do capitalismo dependente (Lira, Gurgel, Amaral, 2020).

Assim, a categoria profissional sofre as consequências da morfologia do mundo do trabalho expressa na totalidade da classe trabalhadora e enquanto profissionais capacitados para intervir nas expressões da Questão Social, se deparam com a diluição de seus meios de trabalho somada à intensificação de suas expressões.

A proletarização, marca as condições de sucateamento das áreas que compunham o espaço sociotécnico do trabalho, com o objetivo de dissimular a assumpção do capital nos entraves da alienação das relações sociais. Em outras palavras, os/as Assistentes Sociais são postas a determinantes laborais que compactuam com a lógica do Capital, ou seja, dentro da contemporaneidade, intensifica-se a superexploração do trabalho, bem como suas consequências. De forma análoga a Marini (2011) *apud* Soares e Burguinski (2021), o pilar mantenedor da estrutura de dependência dos países latino-americanos é a superexploração do trabalho ancorada no capitalismo e em relações sociais patriarcais e racistas, opressoras, violentas e conservadoras.

A extenuação inerente à categoria do trabalho fundamenta essa condição parasitária, que atenua as expressões da deterioração física do sujeito, quanto aos esfacelamentos psíquicos, em função do esgotamento laboral. No cenário atual, a categoria profissional é retida a supressão das condições empregatícias, em função dos mecanismos cada vez mais



sofisticados do grande Capital para sanar sua demanda de lucro (Diligenti, Araújo, 2022). Concomitantemente, as contradições da relação capital-trabalho se atenuam no território nacional, concebendo expressões que refletem a degradação sócio-ocupacional para uma maior exploração da força de trabalho. Tais contradições viabilizam uma apropriação de riquezas, dentro de características que Marini (2011) *apud* Souza e Araujo (2020, p.653), pontua como;

Três mecanismos que, combinados ou não, podem ocorrer na superexploração da força de trabalho: 1) o aumento da intensidade do trabalho (produção de mais-valia relativa); 2) a extensão da jornada de trabalho (produção de mais-valia absoluta); e 3) a remuneração do trabalhador abaixo do valor da sua força de trabalho, sem que esta baixa remuneração seja acompanhada pela diminuição do valor das mercadorias e serviços que compõem a cesta básica do trabalhador.

Tendo isso em perspectiva, esse sistema se aparelha na quebra de vínculos formais de trabalho, além de se manter distante de prerrogativas de proteção social. Visto que, delimita-se em um cenário neoliberal que aprofunda as formas de terceirização e flexibilização do trabalho. Intrinsecamente a essas condições, está concentrada a lógica burguesa na busca por uma acumulação desenfreada. Ora, o trabalho assalariado no Brasil perpassa no declínio de direitos ao suceder todos os trabalhadores indistintamente nas contradições das relações que são inerentes ao âmago da dependência.

[...] por bilhões de homens e mulheres dependentes de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontrar, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciando diretamente o flagelo do desemprego; [...] aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos, consequência da lógica destrutiva do capital [...] novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando (Antunes, 2018, p. 26 *apud* Camargo, 2021).

O mercado de trabalho dentro da conjectura da dependência manifesta implicações que deterioram campos empregatícios de inúmeros sujeitos, em exemplo o do/as Assistentes Sociais. Ao suceder o encolhimento salarial, a extração perversa da jornada de trabalho, a quantidade exorbitante de vínculos de trabalho, as formas de contratação e infraestrutura de realização do trabalho (CAMARGO, 2021), situações presentes nos vínculos de trabalho dos/as assistentes sociais, segundo o CFESS (2024) 31,16% desses profissionais recebem até 2 mil reais, e outros 32,21% recebem até 3 mil reais, inferior a renda média brasileira (Pnad, 2022), e 45% desses/as profissionais são contratados/as sem concursos públicos (CFESS, 2024).

Isso implica que os novos meios de subordinação do/a trabalhador/a estão estabelecendo uma nova dinâmica para a acumulação de capital, uma dinâmica que se destaca em meio às crises cíclicas, constitutivas do movimento sociometabólico do capital, e, sendo recorrentes do sistema, foram acentuadas, com e partir, da Pandemia pela Covid-19, no anos de 2020-2023. Vale dizer, no entanto, a gênese da crise não está na



covid-19, mas nas lógicas e configurações do sistema de metabolismo anti social do capital, nos termos de Antunes (2020a e 2000b), que já estavam em desenvolvimento desde a década de 1970 e que se aprofundaram com as crises de 2007 e 2008, e com a pandemia se acentuou desenfreadamente por todos os tecidos humanos sociais.

Essas crises não apenas alimentam a ideologia burguesa, mas também se manifestam na instituição da dependência dentro do corpo social nacional. Essa dependência é moldada pelos interesses e vínculos que surgem nas interconexões dialéticas da organização econômica, social, política e cultural entre as sociedades (Pereira, Duarte, Santos, 2021).

Outrossim, a superexploração do trabalho associada a sua precarização fundamenta uma contradição necessária para a expansão da concentração de capital entre as elites, sendo que a debilidade programada dos setores empregatícios fomenta uma ação violenta na estrutura. Logo, a insegurança, acometida dentro dos setores trabalhistas, desenham uma régua que viabiliza a redução de custos e uma ampliação da lógica capitalista, além de assegurar o *Exército de Mão de Obra Reserva*<sup>6</sup>. Contudo, esses entraves exploratórios se desenham na sociedade a partir de delimitações ambíguas, tais como o alargamento do trabalho e a extensão da jornada, que constroem um espaço de esgotamento, mas que ainda mantêm as expectativas de produção. “ [...] a superexploração conforma processos produtivos alheios às necessidades da maioria da população trabalhadora, direcionando a produção para abastecer os mercados estrangeiros, o que engendra, internamente, uma aguda concentração da riqueza”. (SOARES; BURGUINSKI, 2021, p. 8).

A constância da dependência no Brasil, ultrapassa as delimitações econômicas, e se engendra em diversas esferas da camada social, no caso, associadamente a do trabalho. Tal perspectiva, através de instrumentos concebidos pelas elites dominantes, como contratos informais que se fundamentam na mensuração de resultados ou o estabelecimento de condições degradantes para a manifestação do trabalho na escassez de recursos, mantêm esses profissionais sequestrados pela égide do capital. No cenário da economia global, o corpo nacional se estabelece mediante as condições internacionais, e aos interesses das elites locais e externas, o que condiciona impactos na materialização laboral, mas que corrobora com a lógica burguesa. Assim, as raízes imperialistas se fundamentam na extração da riqueza, e na apropriação da superexploração indiscriminada para a captação de recursos, capital de fetiche, associados a uma lógica alienante do trabalho, e conseqüentemente a sua programada precarização.

Importa sinalizar, concorde Raichelis e Arregui (2021, 139) que

[...] a precarização do trabalho não é uma fatalidade, como muitos(as) querem fazer crer, mas uma estratégia do padrão de acumulação capitalista em tempos de mundialização neoliberal, tanto no centro quanto na periferia dependente. Trata-se

---

<sup>6</sup> grifos nossos.





de um poderoso mecanismo de reorganização do trabalho no contexto do capitalismo hegemônico pelas finanças, que combina flexibilização, terceirização e informalidade do trabalho “como partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global (Antunes, 2020b, p. 11).

A precarização do trabalho é inerente ao capitalismo, e sua processualidade se transforma historicamente, as crises do capital, transformam a precarização do trabalho. Nesse processo, o capital incorpora as inovações e os avanços tecnológicos e científicos, especialmente as tecnologias de base digital, que aceleram a produtividade do trabalho, principalmente, diante da pandemia, da necessidade do isolamento social para conter a disseminação do vírus, e a imposição de trabalho remoto; o avanço do *home office*; enfim, o trabalho atravessado pelas tecnologias de informação e da comunicação, as denominadas TICs. Uma realidade que chegou para se fortalecer na relação de exploração do trabalho, que germina “a economia de trabalho vivo e amplia a população sobrando para as necessidades médias de valorização do capital, ampliando e diversificando a superpopulação relativa” (MARX, 1968 e 1975). Dinâmica que aprofunda as taxas de desemprego e de precarização do trabalho em escala mundial”. (RAICHELIS E ARREGUI, 2021, 139).

Temos, hodierno, a intensificação das inovações tecnológicas, por exemplo, no acesso aos serviços operacionalizados no âmbito do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nas intervenções de profissionais que atuam nesses serviços. Ou seja, o processo de trabalho de assistentes sociais, como também a formação profissional, hoje, é atravessado pela TICs. Podemos dizer que a partir da pandemia e com a intensificação das inovações tecnológicas, temos uma (re)configuração das políticas sociais, do acesso a essas e do trabalho na contemporaneidade<sup>7</sup>.

De acordo com Guerra (2023) a utilização de TIC no trabalho profissional, apesar de determinada pelas contradições do capitalismo, tem incidido de forma objetiva e subjetiva sobre assistentes sociais, capturando a dimensão intelectual do seu trabalho e limitando sua autonomia, visto que exercem controle sobre seu cotidiano profissional. A morfologia do trabalho, impele inclusive o núcleo das atribuições e competências profissionais e desencadeando inúmeras pressões e tensões aos(às) assistentes sociais nos diferentes espaços de trabalho.

### **III. Estratégias de Resistência Adotadas pelas Assistentes Sociais**

---

<sup>7</sup> Recomendamos acompanhamento da pesquisa “ TIC em Políticas Sociais: desafios do acesso e intervenções profissionais” que está sendo desenvolvida por pesquisadores/as da UFRJ-UFAL-UFSC, com fomento do CNPQ. Disponível em <https://ticpoliticassociais.org>



O Serviço Social, engendrado na dinâmica liberal, corrobora com uma pouquidade de dinamismos individuais que sejam contrários à acumulação capitalista imposta dentro dos setores sócio ocupacionais, ainda mais de caráter particular. Ou seja, torna-se fundamental uma formação profissional crítica que se alinhe à tradição marxista, na prerrogativa de concretização de uma práxis que tenha um teor transformador da realidade, e defesa de uma sociabilidade livre de relações de opressão.

Nesse sentido de dualismo, os interesses das elites intrínsecos nos antagonismos da classe trabalhadora, fundamenta-se a luta contra a lógica capitalista de acumulação associada a reação às demandas dos/as usuários de forma imediata, tecnicista e sem análise qualitativa da realidade no cumprimento de metas (ALVES, 2015). Ora, a necessidade da manutenção do vínculo empregatício, mas também do robustecimento do Projeto ético-político. Nesse embate de contradições, o amparo de outros/as profissionais, no estabelecimento de uma rede forte, bem como a associação do/as Assistente Sociais a movimentos sociais corrobora com uma atuação crítica aos mecanismos de precarização do trabalho. Além de que, essas conexões podem forjar a superação do esgotamento profissional, ocasionado mediante as contradições perversas do sistema capitalista, o que fomenta a fortificação da atuação profissional em defesa da classe trabalhadora.

Torna-se fundamental uma apropriação das atribuições respaldadas no Código de Ética Profissional, ao mensurar a importância de um exercício profissional coligado a interpretações críticas da realidade social. Uma vez que, a partir desse parâmetro é favorável um trabalho que se ampare na fuga dos interesses da burguesia, como também fundamente uma luta contra o estado de precarização da atuação. A associação a movimentos de lutas e o posicionamento em reivindicações é uma competência a ser conduzida pelo/a Assistente Social, contudo, o intenso desemprego e a fragilização dos contratos de trabalho, fomentam o medo entre essa classe profissional.

Muitos são os desafios e junto destes muitas são as lutas e o fortalecimento das trincheiras coletivas, sobremaneira numa articulação política junto das bandeiras de defesa dos direitos da classe que vive do trabalho. É uma categoria que não adormece, e portanto, vive, identifica os desafios que assolam o cotidiano da classe trabalhadora, da qual é constituinte, e nesta criar estratégias de superação. Os debates técnicos-políticos potencializadores de reflexões éticas e críticas forjam a profissão, hegemonicamente, se direcionar á luta anticapitalista, anticapacitista, antirracista, por exemplo. Permanente defesa e vigia as conquistas das 30 horas/semanais de trabalho para assistentes sociais (aprovação e sanção da Lei 12.317/2010).

No entanto, ainda é um desafio o cumprimento da lei, na seara da superexploração nas relações de trabalho brasileiras. Órgãos públicos do Executivo Federal, além de outras



instâncias estaduais e municipais, ainda resistem a cumprir a lei federal, e assim, a luta segue, mas para o cumprimento da lei<sup>8</sup>.

Os Núcleos de Assistentes Sociais/NAS vinculados às seccionais dos CRESS se configuram, por exemplo, importantes espaços de debate, representação e construção da categoria, no qual as discussões das particularidades locais e regionais impulsionam no acirramento da luta naquela questão mais especificamente, além de ser um rico espaço de formação e compartilhamento de experiências com as/os colegas de profissão.

A educação permanente como compromisso ético fundamental de aprimoramento intelectual-profissional é uma estratégia ética, política, cultural e intelectual da profissão, e assim, para além de cursos de pós-graduação, as próprias entidades da categoria CFESS-CRESS-ABEPSS-ENESSO, atentas a conjuntura e as necessidades da profissão, ofertam via cursos, comissões técnicas e políticas de formação do conjunto CFESS-CRESS, congressos, seminários, rodas de conversas, bem como da ABEPSS: projeto abepss itinerante; além de boletins informativos e permanente debates com diferentes estratégias pedagógicas e didáticas como subsídios e também provocar importantes debates relacionados aos temas com os quais a profissão contribui em suas análises críticas, no enfrentamento das históricas desigualdades de raça, classe, gênero, geração, construindo estratégias anticapitalistas, antirracistas, anticapacitistas e contra todas as formas de expressão dos conservadorismos. (CFESS, 2022). Para subsidiar categoria como um todo a resistir, enfrentar e manter acesa as chamas das lutas por uma outra lógica societária; qualidade nas condições de trabalho como um todo,

A supervisão de estágio, seja de campo ou acadêmica configura além de uma atribuição privativa da profissão, também um estratégia de oxigenação ao/a supervisor/a, que na troca e construção de conhecimentos com estagiárias/os pode vislumbrar mais possibilidades cotidianas na intervenção; atualizar seu processo formativo permanente; além de contribuir fortemente com a formação do perfil profissional da categoria que queremos! A relação de unidade do diverso entre formação e exercício profissional é uma potencialidade na superação dos desafios cotidianos.

Defendemos, contudo, o trabalho coletivo; a riqueza da articulação com movimentos da classe trabalhadora; a formação de base no fortalecimento e ampliação das manifestação/mobilização popular; resgatar o sentido de pertencimento de classe e alianças com forças coletivas de resistência; importância, sobretudo, de ocupação dos diversos meios de comunicação para expressar a realidade concreta, na direção de uma contra-hegemonia de mídia.

---

<sup>8</sup> Convocamos todas a lerem o parecer jurídico do CFESS Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/1parecer1-2024-N-30h.pdf>



A Pandemia (2020-2022) além das diferentes mazelas, própria de uma realidade marcada pela barbárie; também, no caos, “possibilitou situações de alianças entre pares, solidariedade de classe nas favelas, nas periferias, nos movimentos populares que sinalizam diferentes iniciativas de organização coletiva que é preciso conhecer, socializar e potencializar”. (RAICHELIS, ARREGUI, 2021, 149)

Urge, contudo, seguirmos nas trincheiras das lutas e forjamos um senso crítico, muitas vezes negligenciado durante a formação profissional, também precarizada neste tempo de mercadologização da vida. Ainda que diversas vezes seja mais fácil ceder, se faz necessário endurecer radicalmente na luta no horizonte de “vencer o inimigo invencível”<sup>9</sup>. Na atenção das (re)configurações e precarização do mundo do trabalho, faz-se necessária olhar crítico e alerta aos impactos do uso de tecnologias no trabalho profissional, sobremaneira, no que tange às requisições indevidas/inadequadas, à revelia do que preconiza a Lei n.8662/1993 de Regulamentação da Profissão. E isso, sem qualquer ilusão romântica ou fantasias apologéticas, como nos alerta Yolanda Guerra (2023). Afinal, as TIC interferem na nossa autonomia técnico profissional, altera o *modus operandi* da profissão, e nos colocam requisições que não estão previstas nas nossas atribuições e/ou ferem a nossa ética profissional. (GUERRA, 2023).

#### **IV. Aproximações conclusivas**

Compreender o movimento do real partindo da teoria marxiana e marxista, nos conduz a descortinar as múltiplas determinações que conformam essa realidade, buscando na luta de classes seus reais interesses e motivações. Dado, a antítese engendrada dentro das preposições do capital, as quais fundamentam desencadeamentos negativos no cenário de atividade dos/as trabalhadores/as, como processos de adoecimento e desgaste laboral, que são empregados em função da categoria da superexploração refletida no cenário nacional. Ou seja, são determinadas em função de um processo de acumulação de riqueza, que viabiliza a ascensão da precarização e o aumento da subserviência dos sujeitos, e o fortalecimento do antagonismo entre capital e trabalho.

Uma vez que, a intensificação do jugo do trabalho, promove o desmonte da condição física, em uma relação de dominação ante a produtividade ambicionada pela composição orgânica do capital. Nesse contexto, a fragilização da condição de trabalho na categoria profissional, tencionam exaurir as ações transmitidas em serviços prestados, dado a inadimplência dos espaços sócio-ocupacionais. Sendo assim, uma análise da estrutura de superexploração às contradições laborais enfrentadas no corpo social nacional, viabilizam um entendimento que compreenda o desempenho do capitalismo dependente, frente o desmonte programado das faixas de proteção social dentro do sistema burguês, os quais

---

<sup>9</sup> Chico Buarque e Ruy Guerra. **Sonho Impossível**. (MPB). 1972.



visam corroer as delimitações da atividade profissional em diversas esferas. Consequentemente, na análise desta conjectura, esse papel ativo do capital enfraquece a atuação profissional dos/as assistentes sociais e influencia negativamente nas devolutivas para as demandas dos usuários.

Tais prerrogativas, a partir desta fundamentação, delimitam a continuidade do processo de lutas, que objetivam o alinhamento do processo de trabalho ao Projeto Ético-Político, para resguardar uma atuação concentrada à favor da classe trabalhadora. Faz-se necessário a intensificação dos processos de formação continuada para o fortalecimento dos saberes necessários para a contestação dos ditames do capital, bem como um alinhamento irrevogável aos Fundamentos do Serviço Social, que desenham a contribuição da teoria marxista, associada à teoria da dependência. Tal estudo, para além da análise da realidade social, visa intensificar o curso das reivindicações para uma nova ordem societária, que revogue a ditadura do capital alinhada às raízes da categoria da superexploração.

## V. REFERÊNCIAS

ALVES, Gláucia Lelis. **Processos de trabalho, precarização e Serviço Social: uma relação necessária!** O Social em Questão, 2015, v. 18, n. 34, p. 181 – 204

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Boitempo: 2020a.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (org.) **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020b.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **As relações de trabalho no Serviço Social brasileiro e as contrarreformas no Estado brasileiro**, 2012. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/diagramacao\\_definicao\\_workshop.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/diagramacao_definicao_workshop.pdf) Acesso em: 07 mar. 2024

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Campanha Dia do/a Assistente Social.** Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1989>. Acesso em: 07 mar. 2024

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** 2022.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: dados complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil.** 2022.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Diálogos do Cotidiano: reflexões sobre o trabalho profissional - Caderno 2,** 2022. Disponível em [https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS\\_DialogosDoCotidiano-Caderno2-Final.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_DialogosDoCotidiano-Caderno2-Final.pdf)



CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Campanha 08 de Março**. 2024. Disponível em <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2085>).

CAMARGO, Maria Angelina B. et al. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, p. 488-507, 2021.

DILIGENTI, Marcos; ARAUJO, Ricardo Souza. Questão Social frente à Dependência e ao Colonialismo no Brasil. 2022.

GUERRA, Yolanda. Tecnologias da Informação e Comunicação e seus impactos no modus operandi do trabalho profissional de assistentes sociais. In: **Anais 9º Encontro Internacional de Política Social 16º Encontro Nacional de Política Social** Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023. Disponível em <https://ticpoliticassociais.org/wp-content/uploads/2023/10/Yolanda.pdf>

IAMAMOTO, M. V. Leila Lima Santos (depoimento, 2007). Serviço Social na América Latina:1970-1980. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2007.

LIRA, P. V. R. de A.; GURGEL, I. G. D.; AMARAL, A. S. Superexploração da força de trabalho e saúde do trabalhador: o trabalho precário na confecção. **Physis: Revista de saúde coletiva**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2020.v30n1/e300106/> Acesso em: 14 mar. 2024

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço Social e a luta antirracista: contribuições das entidades da categoria no combate ao racismo. Tese (Mestrado em Serviço Social). PUC, São Paulo, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973.

OSÓRIO, Jaime. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Periódicos UFES**, 2017.

PEREIRA, Camila Potyara; DO NASCIMENTO DUARTE, Janaína Lopes; SANTOS, Liliam dos Reis Souza. Capitalismo dependente, Estado e autoritarismo no Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 20, n. 1, p. e39228-e39228, 2021.

RAICHELIS, Raquel. ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. Cortez, 2021.

SOARES, Raí Vieira; BURGINSKI, Vanda Micheli. Estado e Política Social no Capitalismo Dependente: diálogos com Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 39, p. 8-21, 2021.

SOUSA, Mariana Teodoro. **Crise do Capital, Ofensiva Neoliberal e imperiosos impactos na Política de Assistência Social**. Monografia (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba - MG, p. 16-17-21-22, 2023.

SOUZA, Diego de Oliveira; ARAUJO, Ana Maria Moura. Superexploração e saúde: a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes. **Revista Katálysis**, v. 23, p. 648-657, 2020.